



*Entrevista*  
Com Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ivanete Boschetti  
Universidade de Brasília

*E vejo bem  
Tudo recomeçar  
Todas as vezes  
E vejo o tempo  
Apodrecer e brotar  
E seguir sendo sempre ele  
Me vejo o tempo todo  
Começar de novo  
E ser e ter tudo pela frente  
Me vejo o tempo todo  
Começar de novo  
E ser e ter tudo pela frente...  
Adriana Calcanhoto*

**SS&S – Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ivanete Boschetti poderia nos contar como foi seu encontro com o Serviço Social?**

**Minha adolescência presenciou relações no campo com fortes conflitos e profundo desrespeito e opressão aos índios que viviam em uma reserva bem próxima à minha casa, em Dourados-MS.**

**PROF.<sup>a</sup> IVANETE** – O curso de Serviço Social foi minha primeira opção de formação universitária. Jamais pensei ou tentei fazer outro curso. Esta escolha ganhou forma no percurso de um ensino médio em escola pública, com uma formação que me despertou para a crítica à sociedade capitalista. Minha adolescência presenciou relações no campo com fortes conflitos e profundo desrespeito e opressão aos índios que viviam em uma reserva bem próxima à minha casa, em Dourados-MS. Deparava-me constantemente com a pobreza e a mendicância imposta ao povo guarani-kaiowá. A realização de um trabalho na Reserva

---

<sup>1</sup> Graduada em Serviço Social pela Universidade Católica Dom Bosco (1985), mestre em Política Social pela Universidade de Brasília (1993), doutora (1998) e pós-doutora (2012) em Sociologia pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales de Paris. Professora Associada II da Universidade de Brasília, ministrando disciplinas na graduação em Serviço Social e no mestrado e doutorado em Política Social. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Seguridade Social e Trabalho (GESST/UnB). Realiza pesquisa na área de Políticas Sociais e Serviço Social, com ênfase em formação profissional em serviço social, trabalho, seguridade social, assistência social, proteção social, direitos sociais e orçamento público. Presidente da ABEPSS na gestão 1999-2000. Vice-Presidente do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) na gestão 2005-2008 e Presidente na gestão 2008.

**[...] Hoje, entendemos e nos reportamos a essa situação como uma “expressão da questão social”, resultante da vergonhosa e inaceitável concentração de propriedades e latifúndios imperante no Brasil.**

Guarani-Kaiowá<sup>2</sup>, sob demanda de um professor de história, foi decisiva para minha decisão de buscar uma formação universitária na área social. A condição de miséria, de falta de apoio governamental, e dificuldade para lutar pela preservação de sua cultura me indignaram profundamente. Hoje, entendemos e nos reportamos a essa situação como uma “expressão da questão social”, resultante da vergonhosa e inaceitável concentração de propriedades e latifúndios imperante no Brasil. Naquele momento, apenas pensava ingenuamente que precisávamos realizar “trabalhos sociais” para resolver o problema. Mas foi a proximidade com essa realidade que me despertou para o Serviço Social. Sempre tive inclinação para a área de humanidades, e o Curso de Serviço Social alimentou meu interesse porque me chamava para trabalhar com relações sociais, com políticas e direitos. Isso se deu no início da década de 1980, mais precisamente em 1982, em um contexto de grande efervescência e luta política pela democratização do Brasil. O Curso de Serviço Social me fez mergulhar, por um lado, na realidade do ensino superior privado no Brasil, pois em meu Estado não tinha Serviço Social na Universidade Pública, o que me obrigou a buscar uma faculdade privada. Mas também me lançou na militância estudantil e desde o primeiro ano compus o então Diretório de Estudantes (atuais CAs) em um período em que a militância não era endógena. Do ponto de vista do movimento discente, lutávamos internamente, no curso, pela sua qualificação, pela renovação de um currículo que julgávamos arcaico e conservador. Externamente, junto com outros cursos e “diretórios

---

<sup>2</sup> Esta reserva se situa a uns 5 Km do centro da cidade de Dourados, em Mato Grosso do Sul. Com a expansão da cidade, hoje ela é praticamente cercada por condomínios e pequenas propriedades rurais. Aproximadamente 13 mil índios vivem confinados num espaço de 3.500 hectares, sem condições de plantio e com péssimas condições de vida. A população de índios no Mato Grosso do Sul é a segunda maior do país, atrás apenas do Amazonas. Cerca de 70 mil índios vivem no estado, dos quais 40 mil são guarani-kaiowá. Em 2008 esta reserva ganhou notoriedade nacional em função de uma sucessão de suicídios que passaram a ocorrer na aldeia, chegando a um suicídio a cada 10 dias.

acadêmicos”, lutávamos pela estatização e nacionalização das faculdades privadas. A militância estudantil também se articulava aos movimentos políticos mais gerais, pela redemocratização do país, pois estávamos ainda sob o regime militar, pela legalização dos partidos de esquerda, pelo reconhecimento dos direitos e liberdades fundamentais, que só foram reconhecidas legal e plenamente com a Constituição de 1988. Ingressei no Curso logo após o famoso “Congresso da Virada” do Serviço Social, realizado em 1979, e vivi a formação sob seus efeitos<sup>3</sup>. Era um caldeirão de sonhos e projetos sociais, alimentados na vontade e militância na perspectiva de construir um mundo socialista.

[...] **Alguns autores e analistas políticos consideram que o Brasil está imune a este contexto e vive um fértil período de desenvolvimento social. Eu não penso assim! O Brasil não é uma “ilha da fantasia”.**

**SS&S – Professora, você é uma autoridade nos debates e na produção de conhecimento sobre Política Social. Analisando o trabalho do assistente social nas políticas sociais, como você situaria a Assistência Social, a constituição do SUAS, seus limites e possibilidades?**

**PROF.<sup>a</sup> IVANETE** – Avalio que vivemos um período histórico árido, com predomínio de uma profunda crise do capital em todo o globo, que vem alimentando políticas de enfrentamento regressivas, com ajustes fiscais que provocam desemprego, redução dos investimentos sociais públicos e restrição dos direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora com lutas que custaram muitas vidas. Esse contexto inviabiliza a expansão e universalização das políticas sociais. Alguns autores e analistas políticos consideram que o Brasil está imune a este contexto e vive um fértil período de desenvolvimento social. Eu não penso assim! O Brasil não é uma “ilha da fantasia”. Ele está enraizadamente conectado às tendências do capitalismo mundial e os aparentes “ganhos” sociais precisam ser situados e entendidos na condição do capitalismo financeirizado que impacta direta e indiretamente na Seguridade Social brasileira,

<sup>3</sup> Sobre o Congresso da Virada, sua importância e significado para o Serviço Social e o atual Projeto Ético Político Profissional, consultar o livro “Congresso da Virada. Começaria Tudo Outra Vez se Preciso Fosse” publicado em 2009 e distribuído no Seminário com o mesmo título, realizado em São Paulo, em comemoração aos 30 anos do Congresso. O livro também está disponível para consulta nos CRESS e pode ser adquirido no CFESS.

**Os governos brasileiros, seguidamente, lançaram mão de empréstimos junto ao FMI e até hoje sacrificam importantes parcelas do orçamento público para o pagamento dos juros dessa dívida. Anualmente, 20% do orçamento da Seguridade Social é usurpado para pagamento somente dos juros de uma dívida que Chesnais considera como “ilegítima e odiosa”.**

nas relações de trabalho mais gerais e na formação e trabalho específico dos/as assistentes sociais. A aprovação da Seguridade Social, na Constituição de 1988 foi resultado de um período imediatamente anterior forjado nas lutas sociais pela redemocratização do Estado e pela ampliação de direitos civis, políticos e sociais. Foram essas lutas que conquistaram a Saúde como direito universal, a Previdência como direito do trabalho e a Assistência como direito de quem dela necessitar. A universalização da saúde com qualidade, o aumento do emprego com direitos e consequente universalização da Previdência eram (e continuam sendo) condições para que a Assistência Social pudesse se constituir e se desenvolver como uma política voltada para garantir direitos, aliada às demais políticas sociais. A garantia de acesso ao trabalho, saúde, educação, previdência e habitação são primordiais para que a Assistência Social se some a essas políticas na composição de um amplo e universal sistema de proteção social. Não foi o que aconteceu nas décadas de 1990/2000. Com o dilúvio neoliberal que assolou o país nesse período, prevaleceram as contrarreformas do Estado na direção da mercantilização e privatização de todas as políticas sociais. Os governos brasileiros, seguidamente, lançaram mão de empréstimos junto ao FMI e até hoje sacrificam importantes parcelas do orçamento público para o pagamento dos juros dessa dívida. Anualmente, 20% do orçamento da Seguridade Social é usurpado para pagamento somente dos juros de uma dívida que Chesnais<sup>4</sup> considera como “ilegítima e odiosa”. A Auditoria Cidadã da Dívida<sup>5</sup> luta para realizar uma auditoria na dívida dos países da América Latina porque avalia que a dívida já foi paga há muito tempo! A dívida líquida pública brasileira equivale, aproximadamente, a 40% de toda riqueza nacional (PIB).

<sup>4</sup> Cf. François Chesnais, *Les dettes illégitimes. Quand les banques font main basse sur les politiques publiques*. Paris, Raisons d’Agir, 2011.

<sup>5</sup> Ver site <http://www.divida-auditoriacidada.org.br/>

**A luta histórica dos/as assistentes sociais pelo reconhecimento da Assistência Social como direito não vislumbrava e nem fazia dela um projeto de salvação para o país. Nossa luta histórica e nosso Projeto Ético Político nunca teve (e não tem) como projeto um “país de assistidos”. Infelizmente é isso que está ocorrendo hoje.**

Enquanto os/as brasileiros/as pagam impostos elevadíssimos que financiam os lucros bancários, o SUS se debate para se manter como sistema público e padece da falta de recursos. Muitos atendimentos aguardam por meses em fila de espera. A Previdência abrange somente metade da população economicamente ativa que possui emprego estável. A outra metade, além de não ter emprego estável, vive uma condição de trabalho precarizado, relações informais, baixos rendimentos decorrentes de eventuais trabalhos esporádicos e, por isso, não têm direito à previdência social. A moradia e o transporte são caros e de péssima qualidade. A educação pública não atende à demanda e a qualidade não assegura que os filhos da classe trabalhadora cheguem à universidade pública. Ora, esse contexto provoca uma imensa demanda para a Assistência Social, que acaba sendo chamada para satisfazer todas as necessidades sociais e “resolver” as lacunas deixadas pela falta de trabalho, alimento, moradia, transporte, saúde, educação. A luta histórica dos/as assistentes sociais pelo reconhecimento da Assistência Social como direito não vislumbrava e nem fazia dela um projeto de salvação para o país. Nossa luta histórica e nosso Projeto Ético Político nunca teve (e não tem) como projeto um “país de assistidos”. Infelizmente é isso que está ocorrendo hoje. Temos, no Brasil, 12 milhões de famílias, ou aproximadamente 40 milhões de pessoas (um/a em cada cinco brasileiro/a) que sobrevive apenas com recursos assistenciais do Programa Bolsa Família! E isso é inaceitável! Queremos muito mais! Nosso Projeto Ético Político Profissional tem como horizonte a socialização da riqueza e a superação do capitalismo. A luta por direitos sociais no âmbito do capitalismo não é (e nem deve ser) um projeto e fim em si mesmo! É apenas uma mediação para criar as condições materiais de existência e luta. A aprovação da LOAS e do SUAS foram avanços importantes no reconhecimento legal de direitos, assim como a Lei da Previdência e a Lei da

**O CFESS, em suas duas últimas gestões (2008/2011 e 2011/2013) vem contribuindo imensamente para que este debate não seja aprisionado por dois riscos muito factíveis: o primeiro, de tratar a Assistência Social em si mesma, deslocada da Seguridade Social; e o segundo, de tratar o trabalho do/a assistente social sob o ângulo do tecnicismo, deixando de lado seu significado na divisão sócio técnica do trabalho.**

Saúde, mas não asseguram, em si, a universalização com qualidade desses direitos. Sua relativa ampliação propiciou também a expansão do mercado de trabalho para trabalhadores/as da área social, entre os quais os/as assistentes sociais, mas ainda lutamos bravamente para assegurar relações e condições de trabalho dignas nessas três áreas<sup>6</sup>. Predominam contratos precarizados, sobretudo na assistência social<sup>7</sup> e condições de trabalho que estão longe, nas três políticas, daquelas necessárias e estabelecidas na Resolução CFESS sobre condições éticas e técnicas de Trabalho para Assistentes Sociais<sup>8</sup>. No momento em que respondo essa entrevista<sup>9</sup>, ocorre um grande debate no Brasil sobre os trabalhadores do SUAS. O CFESS, em suas duas últimas gestões (2008/2011 e 2011/2013) vem contribuindo imensamente<sup>10</sup> para que este debate não seja aprisionado por dois riscos muito factíveis: o primeiro, de tratar a Assistência Social em si mesma, deslocada da Seguridade Social; e o segundo, de tratar o trabalho do/a assistente social sob o ângulo do tecnicismo, deixando de lado seu significado na divisão sócio técnica do trabalho. Esses dois enfoques podem levar a um superdimensionamento, tanto da política de Assistência Social como proteção social em si mesma, como do trabalho meramente técnico do/a assistente social, e fortalecer aquela ótica voluntarista e pragmatista que predominou no Serviço Social tradicional e que superamos, pelo menos teoricamente, com o processo de Reconceituação da profissão. O SUAS pode se constituir em um interessante espaço de defesa de direitos e da

<sup>6</sup> Sinalizamos na resposta seguinte algumas lutas do Serviço Social brasileiro para debater e lutar pela qualidade do trabalho de assistentes sociais nas políticas sociais.

<sup>7</sup> Ver sobre isso os dados da MUNIC, 2009 e Censo SUAS 2010, analisados por mim no artigo “Condições de trabalho e a luta dos(as) assistentes sociais pela jornada semanal de 30 horas”, publicado na Revista Serviço Social e Sociedade e disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282011000300010&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000300010&lng=pt&nrm=iso)

<sup>8</sup> Resolução CFESS 493/2006, disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao\\_493-06.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf)

<sup>9</sup> Respondo a entrevista, em abril de 2012, durante o pós-doutorado realizado na França, com bolsa da CAPES, para estudar as implicações da crise nas políticas sociais.

<sup>10</sup> Ver as diversas publicações do CFESS sobre o tema, especialmente: “Seminário Nacional: O Trabalho do/a Assistente Social no SUAS” e “Contribuições do Conjunto CFESS-CRESS para os debates sobre a definição de trabalhadores na Assistência Social”, ambas disponíveis em [http://www.cfess.org.br/publicacoes\\_livros.php](http://www.cfess.org.br/publicacoes_livros.php)

**O SUAS pode se constituir em um interessante espaço de defesa de direitos e da seguridade social, de socialização de informação, de fortalecimento das lutas e organizações sociais de locais, e de materialização de direitos assistenciais com qualidade. Mas seus limites são homéricos.**

seguridade social, de socialização de informação, de fortalecimento das lutas e organizações sociais de locais, e de materialização de direitos assistenciais com qualidade. Mas seus limites são homéricos. A pobreza e a desigualdade estruturais é um deles e nenhuma política de assistência é e será capaz de atingir suas causas. A insuficiência de recursos públicos, que leva à sua frágil estruturação institucional e à precarização das condições de trabalho, sinalizadas no Censo SUAS<sup>11</sup> 2010 é outro limite. A predominância, no SUAS, de demandas que orientam predominantemente o trabalho de assistentes sociais para abordagens individuais (“plantões sociais”) e implementação do Bolsa Família é outro limite, que os exaure e os impedem de realizar trabalhos de natureza mais coletiva.

**SS&S – Considerando sua militância na profissão, uma vez que você esteve na Presidência do CFESS quando da aprovação da Lei das 30 horas para o assistente social, também quando da publicação da Resolução sobre Estágio Supervisionado, destacamos estas dentre outras tantas conquistas. Gostaríamos que fizesse um balanço desse percurso empreendido.**

**PROF.<sup>a</sup> IVANETE** – A inserção em lutas sociais pode se dar em vários campos ao mesmo tempo, mas a militância orgânica, essa, considero que só podemos nos dedicar com afinco a um determinado espaço em cada momento. Como vocês já sinalizam no enunciado da questão, construí minha militância orgânica nas instituições de representação da profissão. Poderia ser em outros campos e instituições (sindicatos e partidos com que tenho afinidade), mas escolhi estas porque sempre admirei a perspectiva teórica e a fecundidade política dos princípios e diretrizes do projeto ético político do Serviço Social. Passei pela representação estudantil (diretório central de estudantes); pelo sindicato de assistentes sociais, em meado dos anos 80, quando

<sup>11</sup> Ver o Censo SUAS 2010, publicado em julho de 2011 pelo MDS e IBGE.

**[...] é importante registrar que, apesar das responsabilidades e particularidades dos cargos assumidos, as decisões, ações e conquistas foram sempre coletivas. E o CFESS, mais do que qualquer outro, é um espaço absolutamente coletivo e profundamente democrático**

ainda estávamos presos aos sindicatos por corporação; pelo CRESS/MS, quando estes assumiram um espaço político de representação em sintonia com o projeto Ético Político Profissional; pela ABEPSS, no final dos anos 1990 e início de 2000, quando já estava na docência; e mais recentemente no CFESS, em duas gestões: em 2005/2008 como vice-presidente e em 2008/2011 como presidente. Em todos esses espaços de inserção, minha atuação foi construída no processo coletivo, onde “um mais um é sempre mais que dois”, ou seja, é importante registrar que, apesar das responsabilidades e particularidades dos cargos assumidos, as decisões, ações e conquistas foram sempre coletivas. E o CFESS, mais do que qualquer outro, é um espaço absolutamente coletivo e profundamente democrático. Um balanço dessa natureza, portanto, nunca é individual, é sempre resultado das relações objetivas e subjetivas que construímos com os/as companheiros/as de gestão. Subjetivamente, a experiência no CFESS foi de fortalecimento das minhas convicções socialistas e de lapidação das minhas análises críticas com perspectiva de totalidade. Durante os quatro dias de reunião do Conselho Pleno do CFESS, que ocorriam a cada 40 dias, abordávamos as temáticas mais diversas e sempre com uma perspectiva de totalidade. Sempre brinquei dizendo que a gente começava o dia na Ásia, ou África, ou Europa, fazendo análise de conjuntura internacional/nacional e terminava o dia no Brasil, discutindo uma situação bem específica de trabalho do/a assistente social. Mas era esse processo do geral para o particular que nos permitia situar as lutas mais específicas aos movimentos mais gerais. Era um processo crítico-dialético permanente e extremamente instigante. Foram seis anos de intensa dedicação subjetiva e objetiva, que alimentaram meus dias e fizeram com eles nunca fossem iguais. Objetivamente, não posso fazer um balanço diferente da avaliação política que deixamos no relatório



**A aprovação da jornada semanal de 30 horas sem redução salarial foi, inegavelmente, uma das mais importantes conquistas trabalhistas da categoria dos últimos anos, sobretudo, porque se deu em um contexto de forte resistência política à redução da jornada de trabalho no Brasil.**

final da gestão 2008/2011, pela sua fidedignidade com o real, quando escrevemos que “o que mais caracterizou a ação política do CFESS na gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta: [foi o] vigor e disposição ético-política para lutar. Disposição alimentada e fortalecida pelos princípios que fundamentam nosso Código de Ética e estão na base do nosso projeto ético-político profissional”<sup>12</sup>. Esse vigor e a disposição para lutar eram alimentados cotidianamente pelas nossas análises críticas da realidade, pela nossa determinação de não fugir da luta, pela afinidade política do grupo, pelo respeito às subjetividades e individualidades (que não significa individualismo) e pela direção teórico-política firme, segura, autônoma, que jamais se dobrou a qualquer tentativa insidiosa de cooptação externa, seja de governos ou de partidos políticos. Isso assegurou um CFESS forte e independente, que resultou em “importantes e inesquecíveis conquistas”, conforme avaliamos no Relatório, e que sintetizo aqui. A aprovação da jornada semanal de 30 horas sem redução salarial foi, inegavelmente, uma das mais importantes conquistas trabalhistas da categoria dos últimos anos, sobretudo, porque se deu em um contexto de forte resistência política à redução da jornada de trabalho no Brasil. Mas tivemos também a conquista de realização de concurso público para 900 assistentes sociais no INSS e a possibilidade concreta de sua ampliação; a implementação do “Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior” e a Campanha contra a graduação à distância em Serviço Social, que provocou debate nacional, deu visibilidade aos estragos desse tipo de curso, além de ter, efetivamente, levado ao encerramento de dois cursos de graduação à distância; a ampliação da visibilidade da profissão com diversas inserções na mídia nacional; a realização de cinco seminários nacionais

<sup>12</sup> Cf. Apresentação do Relatório Final da Gestão “Atitude Crítica para Avançar na Luta”. Disponível em [http://www.cfess.org.br/arquivos/RELATORIO\\_GESTAO\\_2008-2011.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/RELATORIO_GESTAO_2008-2011.pdf)

**[...] Foram, portanto, importantes conquistas, resultantes de muita luta, ação política e dedicação intensa. Penso que ninguém sai de um processo de militância como esse da mesma forma que entrou.**

gratuitos, com participação de mais de 5 mil profissionais e estudantes para debater o trabalho de assistentes sociais nas políticas sociais e para comemorar os 30 anos do Congresso da Virada; a realização da Conferência Mundial de Serviço Social em Salvador, com participação de mais de 80 países, que deu visibilidade internacional ao Serviço Social Brasileiro, e claro, a realização do XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), com intensa participação, que culminou no mais emocionante ato público realizado pelos assistentes sociais nos últimos 25 anos e forçou a aprovação da “Lei das 30 Horas”<sup>13</sup>; a instituição do Projeto “O Trabalho de Assistentes Sociais” com publicação dos parâmetros de atuação nas Políticas de Assistência Social e da Saúde; e a realização do Curso de Especialização, com a temática “Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais”, que titulou quase 700 assistentes sociais (78% dos/as ingressantes no curso)<sup>14</sup>. Foram, portanto, importantes conquistas, resultantes de muita luta, ação política e dedicação intensa. Penso que ninguém sai de um processo de militância como esse da mesma forma que entrou. Eu, particularmente, saí ainda mais embebida da convicção que só a luta coletiva é capaz de construir e mudar a história, claro que em condições determinadas, como bem analisou Marx, mas sem a luta dos sujeitos coletivos, a história seria apenas uma sucessão de fatos.

---

<sup>13</sup> Belo livro de fotos e textos, intitulado “Direito se conquista: a luta dos/as assistentes sociais pelas 30 horas semanais”, foi publicado pelo CFESS e está disponível em <http://issuu.com/cfess/docs/livro30hcfess>

<sup>14</sup> Síntese extraída, com pequenas alterações, do Relatório Final da Gestão “Atitude Crítica para Avançar na Luta” (ver nota anterior), em que todas as ações estão detalhadamente relatadas e avaliadas. Serv. Soc. & Saúde, Campinas, SP v. 12, n. 2 (16), p. 259-272, jul./dez. 2013 ISSN 1676-6806

**[...] nosso projeto ético político profissional tem uma dimensão de projeto para a profissão que o remete a um projeto societário não capitalista, todos os nossos desafios mais específicos e particulares estão determinados por estes desafios maiores que constituem a luta por uma sociedade socialista. Este é o nosso desafio maior, não perder de vista o horizonte e valores socialistas do nosso Projeto Ético Político Profissional.**

**SS&S – Quais são os principais desafios postos à profissão na contemporaneidade, tomando como referência a busca da consolidação do projeto Ética Político do Serviço Social?**

**PROF.<sup>a</sup> IVANETE** – Quando me perguntam sobre os nossos desafios, costumo sempre dizer que, primeiro, os desafios não são só nossos, mas de todos que acreditam e lutam pela emancipação humana. Como nosso projeto ético político profissional tem uma dimensão de projeto para a profissão que o remete a um projeto societário não capitalista, todos os nossos desafios mais específicos e particulares estão determinados por estes desafios maiores que constituem a luta por uma sociedade socialista. Este é o nosso desafio maior, não perder de vista o horizonte e valores socialistas do nosso Projeto Ético Político Profissional. Esse é o nosso norte, nossa bússola, e deve fermentar a direção de nossas ações. Com essa direção teórico-política, e no contexto da barbarização capitalista, temos como desafios construir algumas mediações importantes para qualificar nosso projeto profissional cotidianamente. Uma é, sem dúvida, lutar incessantemente pela qualificação e fundamentação crítica da profissão, o que significa dizer, lutar contra cursos ligeiros, rápidos, superficiais e acríticos que se colocam como instrumento de reiteração da ordem do capital e de suas diversas formas de dominação e exploração, sendo a educação o campo fértil da despolitização, da reificação, do controle e da manutenção do *status quo*. Garantir em cada Unidade de Formação a implementação das diretrizes curriculares da ABEPSS e se opor às investidas aligeirantes impostas pelo MEC e pelos proprietários do ensino privado é uma estratégia essencial nessa direção. Outra é acompanhar e se apropriar dos debates e publicações sobre o trabalho profissional, sobre as políticas sociais, sobre a ética, sobre os movimentos sociais. Lutar pela garantia do trabalho com direitos e qualidade para os/as assistentes sociais e toda a classe trabalhadora é outro desafio essencial. Por um lado, é fundamental se engajar nas lutas

**Acredito que um desafio basilar e que possibilita fortalecer essas lutas é a inserção militante nos movimentos sociais mais gerais e nos movimentos da categoria. Sem militância coletiva, sem sujeitos que dediquem horas e dias de suas vidas pelo coletivo, não temos como construir possibilidades de mudança.**

mais gerais da classe trabalhadora. Por outro, significa assumir e defender em cada espaço profissional os nossos princípios e valores do Código de Ética, fazer aplicar as legislações como a Lei das 30 Horas e as resoluções do CFESS<sup>15</sup> que regulam o trabalho de assistentes sociais, enfim, enraizar os princípios do Projeto Ético Político Profissional no cotidiano da profissão e para além dela. Acredito que um desafio basilar e que possibilita fortalecer essas lutas é a inserção militante nos movimentos sociais mais gerais e nos movimentos da categoria. Sem militância coletiva, sem sujeitos que dediquem horas e dias de suas vidas pelo coletivo, não temos como construir possibilidades de mudança. O individualismo e o pragmatismo são valores próprios da pós-modernidade e alimentam a inércia, o imobilismo, a descrença. E fragilizam as lutas coletivas. Por isso, penso que acreditar na mudança e investir nas lutas coletivas é nosso maior desafio, aquele que permite plantar, hoje, sementes para as gerações futuras que, acredito, verão nascer um mundo sem exploração de classe e sem opressão de gênero, etnia, orientação sexual e de geração.

**SS&S – Finalizando a entrevista, agradecemos sua disponibilidade e a convidamos a deixar uma mensagem aos leitores da Revista?**

**PROF.<sup>a</sup> IVANETE** – Agradeço o convite e a possibilidade de reviver aqui esse importante e fundamental momento da minha vida. Responder as questões me remeteu a cada instante dessa militância, as reuniões de trabalho, os Plenos, as leituras e reflexões, individuais e coletivas. É sempre bom lembrar e pensar nos momentos vividos, quando eles foram prenhes de felicidade. E este foi o caso. Os momentos de cansaço, tristeza, às vezes desânimo, foram sempre superados pelos encontros coletivos que

---

<sup>15</sup> As legislações e resoluções do CFESS estão publicadas na coletânea “Legislação e Resoluções sobre o Trabalho do/a Assistente Social”, disponível em [http://cfess.org.br/publicacoes\\_livros.php](http://cfess.org.br/publicacoes_livros.php)

**Os momentos de cansaço, tristeza, às vezes desânimo, foram sempre superados pelos encontros coletivos que garantiram os momentos de prazer, de alegria, de criação, por isso, registro aqui meu agradecimento aos companheiros/as que compartilharam comigo esse período e circularam entre o CFESS e a Colina.**

garantiram os momentos de prazer, de alegria, de criação, por isso, registro aqui meu agradecimento aos companheiros/as que compartilharam comigo esse período e circularam entre o CFESS e a Colina. O que dizer a mais, senão que ‘Um dia a gente chega e no outro vai embora’ (Almir Sater e Renato Teixeira), que a história do Serviço Social brasileiro foi, está sendo e será construída por diferentes gerações, que assumem legados e seguem em frente. A história só tem sentido porque a construímos individual e coletivamente!

Paris, primavera de 2012

Ivanete Salete Boschetti